

MULTILOG S.A.
CNPJ nº 78.614.229/0001-03 - Itajaí - SC
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Temos a satisfação de apresentar-lhes o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019. Mensagem da Administração: No exercício de 2019, embora um evento de caráter extraordinário e imprevisível tenha ocorrido, como foi o caso da enchente na cidade de São Paulo, que ocasionou o alagamento da unidade da Mooca, os negócios da MULTILOG se desenvolveram de forma harmoniosa, inauguramos o novo complexo logístico em São José dos Pinhais, bem como nova câmara refrigerada em Barueri. Além disso a empresa conseguiu realizar a implantação de seu novo ERP, o que proporcionou maior nível de compliance, melhorando os controles existentes e criando novos. A empresa ressalta que o comprometimento e engajamento de todos os envolvidos foram fatores decisivos para os resultados econômicos alcançados. Perspectivas: Para 2020, prevemos um aumento na receita líquida da ordem de 5%. Seguiremos também com ações para qualificação e capacitação da nossa equipe de trabalho, modernização de nossas estruturas e sistemas e melhoria contínua dos processos internos. Agradecemos: Acreditamos que o trabalho desenvolvido em 2019 contribuiu para o fortalecimento e consolidação da posição destaque da Multilog. Agradecemos aos senhores acionistas, clientes e fornecedores pela oportunidade e confiança, reiterando cumprimentos aos colaboradores pelos resultados alcançados.

Itajaí, 20/03/2020

Administração

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais Mil)						Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais mil)								
Ativo	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018					2019
Circulante	Nota	2019	2018	2019	2018	Nota	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.349	3.307	11.128	22.783									
Contas a receber de clientes	11	21.790	22.321	71.936	76.214									
Estoques		-	-	920	335									
Impostos a recuperar	12	2.338	1.365	29.598	16.825									
Dividendos a receber		13.658	10.989	-	-									
Outros créditos	13	4.928	4.970	3.546	3.612									
Despesas antecipadas		2.554	3.938	4.267	4.194									
Ativo não circulante mantido para venda	14	-	-	8.481	8.479									
		47.617	46.890	129.876	132.442									
Não circulante														
Impostos diferidos		1.378	2.196	21.569	7.623									
Impostos a recuperar		-	-	3.332	687									
Depósitos judiciais		661	559	45.899	41.926									
Partes relacionadas		2.092	2.030	9.239	8.833									
Propriedades para investimento	15	-	-	32.067	31.099									
Investimentos em controladas e coligadas	16	294.272	323.210	16.284	16.631									
Imobilizado	17	16.927	17.775	190.778	200.178									
Intangível	18	6.614	4.673	137.124	147.928									
Direito de uso	19	59.863	-	81.947	-									
		381.807	350.443	538.239	454.905									
Total do ativo		429.424	397.333	668.115	587.347									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras														
Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais mil)														
		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado					
	Nota	2019	2018	2019	2018	Nota	2019	2018	2019	2018				
Operações em continuidade														
Receita líquida	28	135.203	142.586	476.964	473.761									
Custos dos serviços prestados	29	(85.613)	(86.598)	(283.791)	(297.843)									
Lucro bruto		49.590	55.988	193.173	175.918									
Despesas comerciais	29	(2.951)	(2.624)	(10.532)	(7.122)									
Despesas gerais e administrativas	29	(34.846)	(33.533)	(110.472)	(82.187)									
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	(711)	(448)	(4.307)	(3.177)									
Outras receitas e despesas		2.839	8.695	1.330	16.391									
Equivalência patrimonial	16	42.483	43.622	502	425									
Lucro antes do resultado financeiro		56.404	71.700	69.694	100.248									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras														
Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais mil)														
		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado					
		2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018				
Lucro líquido do exercício		41.980	53.033	55.850	63.928									
Resultado abrangente		-	-	-	-									
Resultado abrangente		41.980	53.033	55.850	63.928									
Atribuível aos:														
Acionistas controladores		-	-	41.980	53.033									
Acionistas não controladores		-	-	13.869	10.895									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras														
Demonstrações de resultados de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais mil)														
		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado					
	Nota	2019	2018	2019	2018	Nota	2019	2018	2019	2018				
Fluxo de caixa das atividades operacionais														
Lucro antes dos impostos e resultado líquido das operações descontinuadas		39.691	56.505	57.493	86.241									
Impostos correntes	26.a	(1.099)	(2.187)	(19.178)	(21.441)									
Impostos diferidos	26.b	3.643	(100)	17.790	313									
Resultado líquido das operações continuadas		42.235	54.218	56.105	65.113									
Resultado líquido das operações descontinuadas	27	(255)	(1.185)	(255)	(1.185)									
Lucro líquido do exercício		41.980	53.033	55.850	63.928									
Atribuível aos:														
Acionistas controladores		-	-	41.980	53.033									
Acionistas não controladores		-	-	13.869	10.895									
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras														
Demonstrações de resultados de caixa - Método indireto														
		Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado					
	Nota	2019	2018	2019	2018	Nota	2019	2018	2019	2018				
Fluxo de caixa das atividades operacionais														
Lucro antes dos impostos e resultado líquido das operações descontinuadas		39.691	56.505	57.493	86.241									
Depreciação e amortização		34.867	15.628	75.256	36.333									
Equivalência patrimonial	(42.484)	(43.622)	(502)	(425)										
Provisão para devedores duvidosos	(711)	(286)	(4.308)	(7.896)										
Provisão para litígios	631	1.121	24.935	4.036										
Provisões diversas	-	-	-	-										
Juros provisionados	10.495	9.712	11.199	9.760										
Juros pagos	(9.582)	(8.260)	(10.268)	(8.292)										
Ganho por compra vantajosa	-	(12.153)	-	-										
Resultado do imobilizado vendido	96	5.625	5.138	9.066										
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.516)	-	(25.602)	(17.382)										
		30.487	24.270	133.340	111.441									
Variações nos ativos e passivos														
Ajustes de capital de giro:														
Redução/(aumento) das contas a receber	1.242	(12.587)	8.585	(12.716)										
(Aumento) de estoques	-	-	(585)	(1.568)										
(Aumento)/redução de impostos a recuperar	(504)	3.304	(10.612)	12.117										
Redução/(aumento) de outros ativos	1.514	(2.950)	(4.644)	(4.983)										
(Aumento)/redução de fornecedores	(7.787)	7.589	(1.060)	9.860										
Redução/(aumento) de outros passivos	5.058	5.742	(24.715)	110.640										
(Redução)/aumento de obrigações sociais e tributárias	(999)	1.366	(3.357)	(4.657)										
Caixa gerado pelas atividades operacionais		29.011	26.734	96.952	220.134									
Fluxo de caixa das atividades de investimento														
Aumento de capital em controlada	-	-	-	(118.682)										
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado	-	(13.832)	-	(9.889)										
Aquisição de imobilizado e propriedades p/investimento	(2.912)	(2.323)	(23.627)	(18.390)										
Aquisição de intangível	(2.967)	(4.061)	(3.074)	(4.905)										
Pagamento de fração de ações devido ao grupamento de ações	(1.523)	-	(2.278)	-										
Dividendos e juros sobre capital próprios recebidos	41.888	32.137	851	-										
Fluxo de caixa gerados pelas (utilizado nas) atividades de investimento		34.486	11.921	(28.128)	(151.866)									
Fluxo de caixa das atividades de financiamento														
Empréstimos obtidos	10.000	-	12.000	831										
Pagamento de principal - arrendamento	(15.552)	-	(28.781)	-										
Pago. de empréstimos	(27.728)	(28.056)	(27.965)	(28.283)										
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(31.175)	(8.316)	(35.733)	(24.605)										
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(64.455)	(36.372)	(80.479)	(52.057)									
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(958)	2.283	(11.655)	16.211									
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.307	1.024	22.783	6.572									
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.349	3.307	11.128	22.783									
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa		(958)	2.283	(1										

★ continuação

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais mil)	Capital social		Reservas em Reser-va legal		Lucros de acumu-lados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Patrimônio líquido atribuído aos não controladores	Patri-mônio líquido
	integrada	Reser-va de tesou-ria	Reser-va legal	Reser-va lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	78.745	1.762	2.544	27.471	-	110.522	87.866	198.388
Ações próprias adquiridas	-	-	(212)	-	-	(212)	-	(212)
Distribuição de lucro de exercícios anteriores	-	-	-	(4.550)	-	(4.550)	-	(4.550)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	53.033	53.033	10.895	63.928
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 24)	-	-	-	-	(15.910)	(15.910)	(9.261)	(25.171)
Constituição de reservas	-	-	2.651	34.472	(37.123)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	78.745	1.762	(212)	5.195	57.393	142.883	89.500	232.383
Distribuição de lucro de exercícios anteriores	-	-	-	(10.063)	-	(10.063)	(8.355)	(18.418)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	41.980	41.980	13.869	55.849
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	(1.329)	(28.511)	(29.840)	(11.013)	(40.853)
Constituição de reservas	-	-	2.099	11.370	(13.469)	-	-	-
Outras transações de capital com acionistas (nota 25)	-	-	-	(1.522)	-	(1.522)	(755)	(2.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	78.745	1.762	(212)	7.294	55.849	143.438	83.246	226.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Multilog S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rodovia Antônio Heil, 4999, em Itajaí, Santa Catarina. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como Grupo). O Grupo está envolvido primariamente com a prestação de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias, em armazéns gerais e recintos alfandegados, no transporte rodoviário e importação e industrialização de peças para veículos. Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu controle da Elog S.A. (antiga razão social da Multilog Brasil S.A.), empresa do mesmo segmento, ampliando a atuação da Companhia para o estado de São Paulo, conforme descrito na Nota 3. Nos dias 10 e 11 de março de 2019, a cidade de São Paulo foi severamente acometida por uma enchente, especialmente a Avenida Presidente Wilson, onde está localizado o CLIA Mooca. A enchente inundou o local, causando prejuízos em mercadorias que lá estavam armazenadas. Decorrente deste evento, a Companhia incorreu em despesas de R\$ 27.881 em 2019, sendo R\$ 19.130 registrado como outras receitas e despesas e R\$ 8.751 como provisão para contingências (nota 24). **2. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Multilog S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, apresentadas a seguir:

Razão social	Relação	% participação	
		2019	2018
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	Direta	99,87%	99,60%
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	Direta	48,56%	48,35%
Multiprime Indústria e Comércio de Peças para Veículos S.A.	Direta/Indireta	100,00%	100,00%
Multilog Transportes Ltda.	Direta	99,98%	99,80%
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda.	Direta	99,98%	100,00%
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.	Direta	99,98%	100,00%
Multilog Brasil S.A. (atual razão social da Elog S.A.)	Direta	99,98%	100,00%

A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou através do acordo de acionistas, detém o poder sobre as decisões críticas à condução dos negócios, está exposta aos direitos e retornos do investimento, e possui a capacidade de exercer o seu poder sobre a investida de modo a influenciar o retorno dos investidores. **3. Aquisição de controladas:** Em fevereiro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social e obteve controle da empresa Elog S.A., pelo montante de R\$ 92.863, a ser pago em 84 parcelas mensais corrigidas pela CDI. As unidades adquiridas atuam no ramo de logística e prestam serviços relacionados às atividades de recintos alfandegados (CLIA's, porto seco, centro de distribuição e transporte rodoviário). As operações são compostas por 5 unidades distintas localizadas no estado de São Paulo. A aquisição resultou na apuração de ganho por compra vantajosa no montante de R\$ 12.153, reconhecidos no resultado do exercício de 2018 na rubrica "outras receitas e despesas". **a. Contraprestação transferida:** A contraprestação total foi de R\$ 92.863. O total pago até 31 de dezembro de 2018 foi de 13.832. O saldo a pagar está registrado no balanço patrimonial na conta "outras obrigações" (nota explicativa 21). **b. Ativos identificáveis adquiridos:** A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S/A e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

Caixa pago	Total
Total da contraprestação	92.863
Total de ativos e passivos líquidos identificáveis	105.016
Total compra vantajosa	12.153

(a) Refere-se ao valor líquido das contingências e depósitos judiciais, mensurados após a aquisição, de direito da Ecorodovias (antiga controladora da Companhia adquirida). Essas alterações são ajustes do período de mensuração, conforme disposto nos itens 45 a 49 do CPC 15 - Combinação de Negócios. Durante o período de mensuração, o adquirente deve ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. **4. Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2020. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **6. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **(i) Nota explicativa 2** - consolidação; determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; **(ii) Nota explicativa 3** - aquisição de controlada; valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória; **(iii) Nota explicativa 16** - equivalência patrimonial em investidas; determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; **(iv) Nota explicativa 18** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **(v) Nota explicativa 24** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **(vi) Nota explicativa 28** - reconhecimento da receita; determinação da receita de serviço de armazenagem. O Grupo opera principalmente na prestação de serviços de movimentação e armazenagens dos contêineres e logística para os quais o reconhecimento de receitas se dá com base em medições dos serviços prestados e apurados com base nos termos contratuais acordados. Em razão do cronograma de medição e posterior faturamento, o processo de reconhecimento da receita ao final de cada período contempla a elaboração de uma estimativa contábil para apuração da re-

ceita incorrida e ainda não faturada. **7. Mudanças nas principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06/(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo adotou o CPC 06/(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06/(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06/(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas. **(a) Definição de arrendamento:** Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 10(i). Na transição para o CPC 06/(R2), o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06/(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06/(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06/(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06/(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro de 2019. **(b) Como arrendatário:** O Grupo arrenda diversos imóveis e equipamentos. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06/(R2), o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **(i) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06/(R1):** Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 7(d)). Os ativos de direito de uso são mensurados: - Pelo seu valor contábil como se o CPC 06/(R2) tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial; o Grupo aplicou essa abordagem ao seu maior arrendamento imobiliário. O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06/(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06/(R1). Em particular: - não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; - não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); - excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e - utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(c) Como arrendador:** O Grupo arrenda suas propriedades para investimento, incluindo propriedades próprias e ativos de direito de uso. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais. O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06/(R2) para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento. **(d) Impacto nas demonstrações financeiras:** Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, o Grupo descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo em 1º de janeiro de 2019. A taxa média ponderada aplicada é de 7,5%. Os impactos da adoção do CPC 06/(R2) estão apresentados abaixo:

continua -★

★ continuação

Impactos no balanço patrimonial

	Valores apresentados		Valores sem adoção do CPC 06
	Ajustes	Controladora	
Ativo			
Circulante	47.617		47.617
Outros	381.807		321.944
Outros	321.944		321.944
Direito de uso	59.863	(59.863) (a)	—
Total do ativo	429.424	(59.863)	369.561
			Valores sem adoção do CPC 06
			Controladora
Passivo			
Circulante	147.059		132.119
Outros	132.119		132.119
Arrendamento mercantil	14.940	(14.940) (a)	—
Não circulante	138.926		91.851
Outros	91.851		91.851
Arrendamento mercantil	47.075	(47.075) (a)	—
Patrimônio líquido	143.439		145.591
Outros	87.590		87.590
Lucros acumulados	55.849	2.152 (b)	58.001
Total do passivo	429.424	(59.863)	369.561
			Valores sem adoção do CPC 06
			Consolidado
Ativo			
Circulante	129.876		129.876
Outros	538.239		456.292
Outros	456.292		456.292
Direito de uso	81.947	(81.947) (a)	—
Total do ativo	668.115	(81.947)	586.168
Passivo			
Circulante	198.287		167.772
Outros	167.772		167.772
Arrendamento mercantil	30.514	(30.514) (a)	—
Não circulante	243.144		185.073
Outros	185.073		185.073
Arrendamento mercantil	58.071	(58.071) (a)	—
Patrimônio líquido	226.684		233.323
Outros	168.621		168.621
Lucros acumulados	58.063	6.638 (b)	64.701
Total do passivo	668.115	(81.947)	586.168

(a) O ajuste apresentado refere-se ao reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento dos contratos de aluguel definidos como arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06/(R2). (b) O ajuste apresentado refere-se ao impacto resultante da adoção da norma contábil que altera a forma de contabilização dos contratos de aluguel classificados como arrendamento. Anteriormente o valor contratual do aluguel era registrado como despesa e a partir de 01 de janeiro de 2019 como ativo e passivo, ajustados a valor presente. Mensalmente há a depreciação conforme o prazo contratual firmado e o valor é registrado em conta de depreciação. Já o valor do passivo é ajustado pelos juros incorridos e registrado como despesas financeiras. **8. Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 7). **a. Base de consolidação: (i) Combinação de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstra-

ções financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Multilog S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pela CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes: **(iii) Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial:** As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Multilog S.A. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Multilog S.A. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. O ágio é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. A participação societária está apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial. **(iv) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia possui propriedade que está arrendada e ocupada por empresas da Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas essa propriedade não se qualifica como propriedade para investimento, pelo fato de estar sendo utilizada pela Companhia na condução de suas atividades, dessa forma, a parte utilizada por empresas da Companhia foi reclassificada ao ativo imobilizado. **b. Operação descontinuada:** Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativos são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. **c. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e outros ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **(f) Reconhecimento inicial e mensuração dos ativos financeiros:** O custo a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um custo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um custo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não

seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modificam o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais

continua -★

★ **continuação**

de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(f) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **e. Redução ao valor recuperável - impairment: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** As perdas de crédito esperadas são esti-

mativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir, dentre outros, atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. O determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. **(ii) Ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. A Companhia avaliou a recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de nenhuma provisão para desvalorização. **f. Contas a receber de clientes:** O contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. **g. Ativo não circulante mantido para venda:** Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro-rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método. **h. Propriedades para investimento:** Propriedades para investimento são, inicialmente, mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, a Companhia optou por continuar apresentando suas propriedades para investimento pelo método de custo, que compreende o custo histórico, menos provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. Nessas circunstâncias, a Companhia está divulgando a base de custo e as taxas de depreciação para cada classe relevante.

Propriedades para investimentos

Edifícios e obras	25 anos
Benfeitorias	25 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Adicionalmente, a Companhia está divulgando na nota explicativa 14 o valor justo da propriedade para investimentos contabilizada ao custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espere nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **i. Imobilizado:** Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Grupo patrimonial	Prazo
Edifícios e obras	25 anos
Benfeitorias	10 a 25 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos	5 a 10 anos
Veículos	5 a 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **j. Intangível:** São avaliados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros. O ágio por expectativa de rentabilidade futura, sem prazo de vida útil definida, está sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que houver indícios de eventual perda de valor econômico. **(i) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **(ii) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **(iii) Relações contratuais com clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **(iv) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos

continua →★

★ **continuação**

para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento dos softwares. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. **k. Empréstimos e financiamentos:** Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. **Custo dos empréstimos e financiamentos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **l. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **m. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A companhia designa certos derivativos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais. **n. Capital Social:** As ações ordinárias e as preferências são classificadas no patrimônio líquido. **o. Reconhecimento da receita de vendas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Prestação de serviços:** A re-

ceita de serviços é reconhecida na medida em que os serviços de movimentação e armazenagens dos contêineres são prestados até uma data-corte. Quando o resultado das movimentações e armazenagens não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. **Receita de aluguel:** A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais de propriedades para investimentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. Nas demonstrações financeiras consolidadas está divulgada como receita operacional líquida. **Venda de produtos:** O reconhecimento da receita baseia-se na venda de carrocerias de veículos adquiridos pela Companhia. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **p. Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP):** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral antes da data-base das Demonstrações Financeiras. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins fiscais, foram tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. **q. Benefícios a empregados: Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego:** Em novembro de 1997, a Companhia firmou contrato de adesão ao Plano de Benefícios Portobello Prev, cujo objetivo é promover o bem-estar social dos seus colaboradores e respectivos beneficiários, através da concessão de benefícios de natureza previdenciária. O Plano tem a característica de contribuição definida e a administração é efetuada pela BB Previdência. Os benefícios oferecidos pelo plano são: **(i) Parte geral:** benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade; **(ii) Parte opcional:** aos participantes inscritos: renda mensal de aposentadoria por tempo de serviço; renda mensal de aposentadoria por idade; renda mensal de aposentadoria antecipada; renda mensal de aposentadoria por invalidez. Aos seus dependentes: renda mensal de pensão por morte. Com base nas características do plano de pensão, a Companhia não identificou passivo atuarial líquido relevante a ser reconhecido nas demonstrações financeiras da Multilog S.A. **(iii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **9. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). **10. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Caixa e Banco conta-movimento	315	66	449	2.090
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	-	-	753
Fundos de investimentos de curto prazo	2.034	3.241	10.679	19.940
Total de investimento em aplicações	2.349	3.307	11.128	22.783

As aplicações financeiras referem-se a CDBs e fundos de investimentos com remuneração média de 60% da CDI. As aplicações são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. **11. Contas a receber de clientes:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os valores a receber de clientes estão assim representados:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Clientes no mercado interno	22.812	22.519	87.366	87.427
Clientes no mercado externo	414	527	905	815
Provisão para devedores duvidosos	(1.436)	(725)	(16.335)	(12.028)
Total contas a receber de clientes	21.790	22.321	71.936	76.214
A vencer	18.520	18.532	54.100	56.217
Vencidos até 30 dias	1.321	2.386	8.177	9.960
Vencidos entre 31 a 90 dias	1.301	998	4.200	4.262
Vencidos entre 91 a 180 dias	514	388	3.270	5.120
Vencidos entre 181 a 360 dias	1.570	742	18.524	12.683
Total	23.226	23.046	88.271	88.242

A provisão para perdas de contas a receber de clientes é estimada usando uma matriz de provisão com base na experiência na inadimplência passada do devedor e em análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores e condições econômicas gerais.

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Saldo em 01 de janeiro	(725)	(438)	(12.028)	(4.816)
Incorporado das empresas controladas (Nota 3)	-	-	-	(4.209)
Provisões realizadas no exercício	(1.039)	(564)	(6.176)	(3.826)
Baixas permanentes reconhecidas	-	174	-	174
Reversões realizadas no exercício	328	103	1.869	649
Saldo em 31 de dezembro	(1.436)	(725)	(16.335)	(12.028)

12. Impostos a recuperar:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
FUNDAF (a) (b)	490	4	22.573	11.451
IRPJ a compensar	1.186	889	3.272	1.359
CSLL a compensar	328	41	1.020	153
Outros impostos a compensar	334	431	6.065	4.549
Total de impostos a recuperar	2.338	1.365	32.930	17.512
Circulante	2.338	1.365	29.598	16.825
Não circulante	-	-	3.332	687

(a) Transitou em julgado em dezembro de 2018, processo judicial reconhecendo o indébito dos pagamentos feitos pelo CLIA Curitiba ao FUNDAF, resultando na compensação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos, totalizando R\$ 7.075 reconhecidos neste exercício como "outras receitas e despesas" e R\$ 2.902 como "receitas financeiras". (b) O Grupo obteve êxito nas demandas judiciais referente à recuperação dos créditos de FUNDAF da Multilog Brasil, e desta forma reconheceu o crédito correspondente aos valores recolhidos nos últimos cinco anos, totalizando R\$ 15.902 reconhecidos neste exercício como "outras receitas e despesas" e R\$ 4.371 como "receitas financeiras". O Grupo estima a utilização dos créditos no curso normal de suas operações.

13. Outros créditos:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	10	55	1.182	2.354
Adiantamento a empregados	366	168	1.149	667
Outros créditos	120	113	1.215	591
Adiantamento partes relacionadas (nota 31)	4.432	4.634	-	-
Total outros créditos	4.928	4.970	3.546	3.612

14. Ativo não circulante mantido para venda: No exercício de 2019, a Administração se comprometeu com um plano de venda de seus terrenos nos estados de Santa Catarina e São Paulo. Os esforços para a venda desses ativos já iniciaram e a Administração espera que a venda ocorra em 2020. **15. Propriedades para investimentos:** As propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou para valorização do capital são registradas como propriedades para investimento. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo seu custo, e podem ser resumidas como segue:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Propriedades para auferir renda de aluguel	-	-	32.067	31.099
Total das propriedades para investimentos	-	-	32.067	31.099

A seguir demonstramos a movimentação ocorrida nas propriedades para investimentos da Companhia:

	Controladora	Propriedades para auferir renda de aluguel	Propriedades para auferir renda de aluguel	Total
	2019	2018	2019	2018
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.318	27.327	35.645	
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda (nota 14)	(8.318)	-	(8.318)	
Transferência para imobilizado	-	(209)	(209)	
Depreciação	-	(1.421)	(1.421)	
Aquisição	-	5.402	5.402	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	31.099	31.099	
Transferência para imobilizado	-	208	208	
Depreciação	-	(2.148)	(2.148)	
Aquisição	-	2.908	2.908	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	32.067	32.067	

continua -★

-★ continuação

O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento do Grupo anualmente, apresentado como segue:

	Consolidado			
	Valor Contábil	Valor Justo		
	2019	2018	2019	2018
Propriedades para auferir renda de aluguel	32.067	31.099	102.000	83.700
Total das propriedades para investimentos	32.067	31.099	102.000	83.700

16. Investimentos em controladas e coligadas: a. Movimentação dos investimentos:
A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	Controladora	
	2019	2018
Em 1º de janeiro	323.210	218.882
Aquisição de controlada (nota 3)	92.863	-
Ganho por compra vantajosa (nota 3)	12.153	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de controladas e coligadas	(62.684)	(32.137)
Equivalência patrimonial	42.228	42.437
Amortização intangíveis combinações de negócios	(8.482)	(10.988)
Em 31 de dezembro	294.272	323.210

b. Composição dos investimentos da Companhia em controladas e coligadas

	31/12/2019					Valor do investimento
	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Ágio na aquisição de controlada (nota 3)	
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	99,87%	1.800	3.126	3.122	-	1.798
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	48,56%	157.460	22.535	10.943	-	76.463
Multiprime Ind. e Com. de Peças S.A.	10,00%	2.264	1.153	115	-	226
Multilog Transportes Ltda.	99,98%	4.031	5.442	5.441	-	4.030
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda.	99,98%	33.952	9.376	9.374	23.000	34.825
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.	99,98%	802	(255)	(255)	-	802
Multilog Brasil S.A.	99,98%	83.888	13.305	13.302	-	27.424
Investimentos em controladas		42.042	23.000	286.384	23.000	7.888
SCP Edifício Softway	48,00%	16.448	380	186	-	7.888
Investimentos em coligadas		186	-	-	-	-
Total investimentos em 2019		42.228	23.000	62.249	294.272	-

O patrimônio líquido ajustado das empresas Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda., Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Multilog Brasil S.A. é composto pelo patrimônio líquido contábil destas empresas acrescido dos ativos intangíveis e mais valia de ativo imobilizado identificados na combinação de negócios, líquidos de respectivas despesas com amortização e depreciação. A equivalência patrimonial na demonstração de resultados está líquida dos efeitos das operações descontinuadas da Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.

	31/12/2018					Valor do investimento
	Participação	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Ágio na aquisição de controlada (nota 3)	
Multilog Armazéns Gerais e Logística S.A.	99,60%	2.459	2.823	2.819	-	2.457
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	48,35%	173.273	22.704	10.908	-	83.780
Multiprime Ind. e Com. de Peças S.A.	10,00%	3.310	1.740	174	-	331
Multilog Transportes Ltda.	99,99%	5.114	2.976	2.975	-	5.114
Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	58.089	24.792	24.788	23.000	38.528
Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	1.057	(1.185)	(1.185)	-	1.057
Multilog Brasil S.A.	100,00%	70.583	842	1.752	-	32.203
Investimentos em controladas		42.231	23.000	70.731	315.142	-
SCP Edifício Softway	48,00%	16.968	430	206	-	8.068
Investimentos em coligadas		206	-	-	-	-
Total investimentos em 2018		42.437	23.000	70.731	323.210	-

Custo	Máquinas e Equipam.		Móveis e Processam.		Obras em andamento		Total
	Terrenos	Equipam.	Benfeitorias	Veículos	de dados	Instalações	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.048	48.970	29.090	13.471	16.718	63.114	267.776
Transferência de propriedade para investimento	209	-	-	-	-	-	209
Aquisições	2	1.282	-	1.646	208	115	12.799
Aquisição ativos Multilog Brasil	-	32.728	-	2.058	4.418	57.440	109.354
Baixas	-	(7.965)	(361)	(2.307)	(444)	(567)	(14.747)
Mais-valia oriundo de combinação de negócios	-	3.271	-	-	823	1.665	5.834
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41.259	78.286	28.729	14.868	11.596	63.229	381.225
Transferência de propriedade para investimento	(209)	-	-	-	-	-	(209)
Transferências	-	1.630	7.461	482	134	(176)	(15.892)
Aquisições	-	1.336	116	351	81	548	16.624
Baixas	-	(8.091)	(642)	(520)	(1.311)	(3.921)	(16.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	41.050	73.161	35.664	15.181	10.500	63.053	385.546
Depreciação	(28.955)	(13.999)	(4.721)	(3.113)	(11.267)	(16.277)	(98.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.361)	(1.371)	(1.724)	(533)	(1.879)	(2.704)	(20.003)
Depreciação ativos Multilog Brasil	(20.463)	-	(1.852)	(3.451)	(11.414)	-	(67.247)
Baixas	4.536	361	1.821	198	377	172	7.465
Depreciação mais-valia	(788)	(368)	-	(280)	(1.220)	(31)	(2.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(50.030)	(15.377)	(6.476)	(7.179)	(25.403)	(18.981)	(181.047)
Depreciação	(4.850)	(1.886)	(1.838)	(525)	(2.104)	(9.864)	(24.492)
Transferências	-	41	-	-	-	8	-
Transferências de propriedade para investimento	-	95	-	-	-	-	2.148
Baixas	-	3.676	400	424	1.210	1.049	11.049
Depreciação mais-valia	(496)	(368)	-	(254)	(1.273)	(37)	(2.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(51.605)	(17.198)	(7.890)	(6.748)	(24.867)	(21.355)	(194.770)
Em 31 de dezembro de 2018	41.259	28.256	13.352	8.392	4.417	44.248	2.667
Em 31 de dezembro de 2019	41.050	21.556	18.466	7.291	3.752	41.698	190.778

Garantias: A Companhia e suas controladas possuem bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis totalizam o montante de R\$ 24.508.

continua -★

A equivalência patrimonial na demonstração de resultados está líquida dos efeitos das operações descontinuadas da Multilog Maringá Armazéns Gerais Ltda.

17. Imobilizado:

Custo	Taxa de Depreciação Anual		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Terrenos	-	-	-	-	41.050	41.259
Máquinas e equipamentos	21.036	19.174	68.805	70.919	-	-
Mais valia de máquinas e equipamentos	-	-	4.356	7.367	-	-
Benfeitorias	135	135	31.989	25.054	-	-
Mais valia benfeitorias	-	-	3.675	3.675	-	-
Veículos	12.035	12.000	15.181	14.868	-	-
Móveis e utensílios	1.830	1.762	8.137	8.947	-	-
Mais valia de móveis e utensílios	-	-	2.363	2.649	-	-
Equipamento processamento de dados	6.624	6.420	27.599	28.171	-	-
Mais valia equipamento processamento de dados	-	-	4.694	4.975	-	-
Edificações	-	-	63.053	63.229	-	-
Instalações	3.853	3.803	111.171	107.370	-	-
Mais valia instalações	-	-	75	75	-	-
Obras em andamento	157	-	3.398	2.667	-	-
Total imobilizado	45.670	43.294	385.546	381.225		

Depreciação acumulada

Máquinas e equipamentos	10 % (14.717)	(13.753)	(51.605)	(50.030)
Benfeitorias	4 % (27)	(22)	(17.198)	(15.377)
Veículos	20 % (6.021)	(5.024)	(7.890)	(6.476)
Móveis e utensílios	10 % (1.141)	(1.007)	(6.748)	(7.179)
Equipamento processamento de dados	20 % (5.214)	(4.472)	(24.867)	(25.403)
Edificações	4 % (1.623)	(1.241)	(65.105)	(63.229)
Instalações	10 % (1.623)	(1.241)	(65.105)	(63.229)
Total depreciação	(28.743)	(25.519)	(194.768)	(181.047)
Total imobilizado líquido	16.927	17.775	190.778	200.178

Controladora

Custo	Máquinas e Equipam.	Benfeitorias	Veículos	Móveis e utensílios	Processam. de dados	Instalações	Obras em andamento	Total
Aquisições	440	-	567	76	1.114	14	112	2.323
Baixas	(29)	-	(900)	-	(6)	-	(312)	(1.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.174	135	12.000	1.762	6.420	3.803	-	43.294
Transferências	1.438	-	197	39	141	-	(1.815)	-
Aquisições	459	-	321	29	81	50	1.972	2.912
Baixas	(35)	-	(483)	-	(18)	-	-	(536)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21.036	135	12.035	1.830	6.624	3.853	157	45.670
Depreciação	(12.728)	(17)	(4.119)	(865)	(3.872)	(861)	-	(22.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.051)	(5)	(1.395)	(142)	(603)	(380)	-	(3.576)
Depreciação	26	-	490	-	3	-	-	519
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(13.753)	(22)	(5.024)	(1.007)	(4.472)	(1.241)	-	(25.519)
Depreciação	(1.000)	(5)	(1.383)	(134)	(760)	(382)	-	(3.664)
Baixas	35	-	386	-	18	-	-	439
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(14.718)	(27)	(6.021)	(1.141)	(5.214)	(1.623)	-	(28.743)
Em 31 de dezembro de 2018	5.421	113	6.976	755	1.948	2.562	-	17.775
Em 31 de dezembro de 2019	6.318	108	6.014	689	1.410	2.230	157	16.927

★ continuação

18. Intangível - consolidado:

Custo	Taxa de Amortização		Controladora		Consolidado	
	Anual	2019	2018	2019	2018	2018
Software		9.892	6.925	43.443	43.949	
Relacionamento com clientes		-	-	2.450	2.450	
Concessões		-	-	42.296	42.296	
Licenças CLIA		-	-	86.919	86.919	
Ágio (a)		-	-	23.000	23.000	
Total Intangível		9.892	6.925	198.108	198.614	
Amortização acumulada						
Software	20%	(3.278)	(2.252)	(35.264)	(35.392)	
Relacionamento com clientes	57%	-	-	(1.240)	(720)	
Concessões	17%	-	-	(24.480)	(14.574)	
Total Amortização		(3.278)	(2.252)	(60.984)	(50.686)	
Total Intangível Líquido		6.614	4.673	137.124	147.928	

Abaixo está demonstrada a movimentação do intangível consolidado:

Intangível em 2018	Relaciona- mento com			Ágio na aquisição de con- trolada		Total
	Software	clientes	cessões	Licen- ças	Controla- da	
Adições	4.805	-	100	-	4.905	
Intangíveis Multilog Brasil (nota 3)	3.389	2.158	11.449	56.092	-	73.088
Amortização	(3.145)	(503)	(9.002)	-	-	(12.650)
Baixas	(175)	-	-	(1.610)	(9)	(1.794)
Saldo residual em 2018	8.555	1.732	27.722	86.919	23.000	147.928
Intangível em 2019	8.555	1.732	27.722	86.919	23.000	147.928
Adições	3.074	-	-	-	-	3.074
Amortização	(3.449)	(522)	(9.906)	-	-	(13.877)
Saldo residual em 2019	8.180	1.210	17.816	86.919	23.000	137.125

(a) Ágio gerado na aquisição da controlada Multilog Sul (Elog sul) em 2016. O teste efetuado pela administração não resultou no reconhecimento de impairment. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa pré-tax, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019 são as que seguem: • Taxa de crescimento ROL - 11%; • Taxa de desconto - 14,45%; • Taxa de crescimento de longo prazo - 4,10%; • Margem bruta - 5% a 58%. A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e se encontra em linha com o histórico de operação da Companhia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de logística no qual a UGC atua.

19. Ativo de direito de uso: Composição e movimento:

Custo:	Prazo médio em anos		Saldo inicial 01/01/19		Saldo em 31/12/19		Adi-ções		Bai-xas		Saldo em 31/12/19	
	inicial	01/01/19	inicial	01/01/19	inicial	31/12/19	inicial	31/12/19	inicial	31/12/19	inicial	31/12/19
Recintos Alfandegados	77.394	173	-	77.567	70.697	531	-	71.228	-	-	-	-
Armazéns Gerais	-	-	-	-	45.459	680	-	46.139	-	-	-	-
	77.394	173	-	77.567	116.156	1.211	-	117.367	-	-	-	-
Depreciação:												
Recintos Alfandegados	4	(17.704)	-	(17.704)	-	(21.694)	-	(21.694)	-	-	-	-
Armazéns Gerais	2 a 8	-	-	-	-	(13.726)	-	(13.726)	-	-	-	-
	-	(17.704)	-	(17.704)	-	(35.420)	-	(35.420)	-	-	-	-
Saldo Líquido												
Recintos Alfandegados	77.394	(17.531)	-	59.863	70.697	(21.163)	-	49.534	-	-	-	-
Armazéns Gerais	-	-	-	-	45.459	(13.046)	-	32.413	-	-	-	-
	77.394	(17.531)	-	59.863	116.156	(34.209)	-	81.947	-	-	-	-

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. A Administração não encontrou necessidade de constituição de provisão para valor recuperável no período encerrado em 31/12/2019.

20. Empréstimos e financiamentos - consolidado:

Taxa Pré-Fixada Anual	Controladora		Consolidado					
	2019	2018	2019	2018				
Ativo imobilizado			10,98%	631	2.315			
Empréstimo Lei 4131/1962			4,58% a 5,15%	12.160	-			
				12.791	2.315			
Taxa Pós-Fixada Anual								
Ativo imobilizado			2,08% + SELIC a 2,18% + SELIC	99	954			
Debêntures			2,50% + DI	44.095	68.750			
				44.194	69.704			
				Passivo circulante	34.904	27.413		
				Passivo não circulante	22.081	44.606		
Cronograma de amortização do principal da dívida em 31 de dezembro de 2019:								
				Saldo devedor	2020	2021	2022	2023
Ativo Imobilizado				730	302	172	166	90
Debêntures				44.095	25.109	18.986	-	-
Empréstimo Lei 4131/1962				12.160	9.493	2.667	-	-
				56.985	34.904	21.825	166	90

Abaixo está demonstrado a mutação dos empréstimos no ano corrente:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Captação			831	-
Juros			9.713	9.760
Pagamento			(36.316)	(36.575)
Saldo em 31 de dezembro de 2018			71.065	72.019
Captação			10.000	12.000
Juros			6.966	7.063
Pagamento			(33.781)	(34.098)
Saldo em 31 de dezembro de 2019			54.250	56.985

Debêntures: A Companhia emitiu em 8 de setembro de 2016, 120.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, com valor nominal de R\$ 1 cada na data da emissão e

com vencimento em 8 de setembro de 2021. A emissão ocorreu com esforços restritos, nos termos da legislação vigente. **Cláusulas restritivas (covenants):** Sob o contrato firmado com o banco Bradesco S/A para emissão de debêntures, a Companhia é obrigada a cumprir com a seguinte cláusula financeira: (a) Índice dívida líquida/EBITDA não poderá exceder 2,5x durante o prazo de vigência das debêntures. (b) Pagamento de dividendos limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora durante os 2 (dois) primeiros anos, a contar da data da emissão. A Companhia cumpriu com os **covenants** durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2019, o índice dívida líquida em relação ao EBITDA da controladora foi de 0,57 vezes. Em 2018 a Companhia pagou a seus acionistas R\$ 8.316, correspondente a 15,24% do lucro líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 (nota 25). **Empréstimos Lei 4131/1962:** Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem **swaps** (instrumentos financeiros derivativos) que visam a troca de moeda Euro para Real, através de uma taxa de juros pré-fixada, e resultam no custo médio ponderado de 5,06% a.a. Estes **swaps** foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em BRL + **swap** para BRL em % pré-fixado a.a.), e possuem cobertura cambial até o teto estabelecido no contrato. Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em % pré-fixado a.a. em BRL. No decorrer do ano de 2019 a Companhia celebrou um contrato de 4131 junto ao Banco ABC Brasil, no valor de R\$ 10.000 (EUR 2.210) com taxa de juros pré-fixada de 5,15% a.a., o prazo é 18 meses com carência de 3 meses e fluxo de pagamento trimestral. Celebrou também um contrato de 4131 junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 2.000 (EUR 437,3) com taxa de juros pré-fixada de 4,58% a.a., o prazo é 18 meses e fluxo de pagamento trimestral.

21. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores Mercado Interno	38.136	45.923	27.375	34.467
Fornecedores Mercado Externo	-	-	7.790	1.758
Total	38.136	45.923	35.165	36.225

22. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de Renda (IR)	-	-	838	2.962
Contribuição Social (CS)	-	-	298	1.064
Outros impostos retidos	728	1.692	1.539	3.168
Programa de Integração Social (PIS)	254	296	796	718
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.067	1.366	3.197	3.339
Impostos Sobre Serviços (ISS)	412	409	1.852	1.687
Imposto Circulação de Mercadorias (ICMS)	-	10	474	384
Fundo Especial de Desenvolvimento (FUNDAF)	-	-	1.083	1.790
Parcelamento (REFIS IV) (a)	4.424	5.233	4.424	5.233
Parcelamento (PERT) (b)	9.349	9.689	9.349	9.689
Total obrigações tributárias	16.234	18.699	23.850	30.034
Passivo circulante	4.304	5.544	11.920	16.883
Passivo não circulante	11.930	13.151	11.930	13.151

(a) Em 25 de setembro de 2009, a Companhia protocolou requerimento de adesão ao parcelamento na Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) de que trata o artigo 1º da Lei nº 11.941, de 2009, por conta de contingências fiscais cuja origem é a transferência e utilização de créditos acumulados de Imposto sobre Produtos Industrializados (crédito prêmio de IPI). A liquidação dessa obrigação está sendo efetuada em 180 parcelas mensais, e a consolidação destes valores junto a SRF ocorreu durante o exercício de 2011. (b) A Companhia aderiu ao PERT, com o objetivo de aproveitar de suas condições diferenciadas de pagamento, para inclusão dos débitos relativos aos autos de infração da Receita Federal por meio do qual se discute a dedutibilidade do JCP e amortização de ágio. A formalização da inclusão dos referidos débitos tributários no PERT foi realizada em 29 de agosto de 2017.

23. Outras obrigações:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Valor a pagar por aquisição de investimentos (a)	74.043	83.392	74.043	83.392
Outras obrigações (b)	4.052	3.719	26.035	22.404
Total outras obrigações	78.095	87.111	100.078	105.796
Passivo circulante	24.524	20.682	35.056	25.701
Passivo não circulante	53.571	66.429	65.022	80.095

(a) Saldo refere-se ao preço de compra definido na aquisição da Companhia Elog S.A. (Multilog Brasil). Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3, o valor total da transação foi de R\$ 92.863 divididos em 84 parcelas. Sobre o saldo a Companhia está provisionando e pagando juros de 100% da CDI. (b) Conforme descrito no contexto operacional, nos dias 10 e 11 de março de 2019 a cidade de São Paulo foi severamente acometida por uma enchente, especialmente na Av. Presidente Wilson, onde está localizado o CLIA Mooca. Em decorrência do evento a Companhia tem a pagar o valor de R\$ 2.624, referente a acordos de indenizações com clientes.

24. Provisão para contingências: A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas, tributárias e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para aqueles casos em que as probabilidades de perda são consideradas "prováveis", e considera que tais valores são suficientes para cobrir tais perdas. A movimentação dessas provisões podem ser sumarizadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ações cíveis	76	742	15.877	5.614
Ações trabalhistas	610	2.228	9.155	9.952
Ações tributárias	-	302	12.541	15.361
Total	686	3.272	37.573	30.927
Abaixo demonstramos a movimentação:				
Ações cíveis	5.614	16.041	(5.778)	15.877
Ações trabalhistas	9.952	7.831	(8.628)	9.155
Ações tributárias	15.361	1.060	(3.880)	12.541
Total	30.927	24.932	(18.286)	37.573
Ações cíveis	2.856	2.773	(15)	5.614
Ações trabalhistas	3.129	7.785	(962)	9.952
Ações tributárias	11.037	4.855	(531)	15.361
Total	17.022	15.413	(1.508)	30.927

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "possíveis" ou "remotas" e, para as quais, não foram constituídas provisões para perdas. As discussões classificadas como "possíveis", envolvem valores que totalizam aproximadamente R\$ 110.561 (R\$ 72.205 em 2018). Destes, R\$ 98.522 referem-se a contencioso decorrente das aquisições das operações da Elog Sul

continua -★

★ **continuação**

e Elog S/A e são de responsabilidade da vendadora conforme contrato de compra e venda. Vide contexto operacional, nos dias 10 e 11 de março de 2019 a cidade de São Paulo foi severamente acometida por uma enchente, especialmente Av. Presidente Wilson, onde está localizado o CLIA Mooca. Decorrente do evento e com base na classificação de risco apontada pelos seus assessores jurídicos a Companhia registrou provisão para contingência de R\$ 8.751 em 2019. **25. Patrimônio líquido:**

Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 78.745 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, representado por um total de 3.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Mediante deliberação, a Assembleia de acionistas pode aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. A Assembleia de acionistas fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 25 de junho de 2019, o Grupo aprovou a proposta de grupamento na razão de 13.000 ações para 1 representativa do capital social da Companhia, sem modificação do valor do capital social, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404/76. Como resultado dessa transação, ocorreu o pagamento de R\$ 1.522. **Reserva legal:** Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu reserva legal, limitando sua reserva legal a 20% do capital social. **Retenção de lucros:** Formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em Assembleia Geral Ordinária as suas futuras destinações. **Ações em tesouraria:** Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Companhia detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha 7 ações em tesouraria. **Dividendos pagos e propostos:** O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo correspondente a 30% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Ainda, a Administração já distribuiu parte dos dividendos mínimos obrigatórios em forma de Juros sobre Capital Próprio, conforme segue:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	41.980	53.033
Reserva legal	(2.099)	(2.651)
Base de cálculo dos dividendos	39.881	50.382
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	11.964	15.115
Juros sobre capital próprio creditados	8.860	7.426
Dividendos mínimos creditados	3.104	8.484
Dividendos adicionais creditados	17.876	-
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	29.840	15.910
% do lucro líquido ajustado distribuído	75%	32%

A movimentação dos dividendos pode ser assim apresentada:

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	17.864	6.835	14.469	10.468		
Juros sobre capital próprio creditado	8.860	7.426	8.860	7.426		
Imposto de renda sobre JCP (1.329)	(1.115)	(1.115)	(1.329)	(1.115)		
Dividendos mínimos creditados do exercício corrente	3.104	8.484	6.408	10.505		
Dividendos mínimos creditados do exercício anterior	10.063	4.550	18.418	4.550		
Dividendos adicionais creditados	17.876	-	25.584	7.240		
Pagamentos realizados	(31.175)	(8.316)	(35.733)	(24.605)		
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	(584)	-	(708)	-		
Dividendos a pagar provisionados	24.678	17.864	35.969	14.469		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia, optou por distribuir juros sobre capital próprio aos seus acionistas relativos ao exercício social de 2019, o qual importou num montante de R\$ 8.860. **26. Tributos sobre o lucro: a. Provisão e conciliação com o resultado:**

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos	39.691	56.505	57.493	86.241		
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%		
Imposto calculado pelas alíquotas fiscais	(13.495)	(19.212)	(19.548)	(29.322)		
Exclusões (adições) permanentes						
Gratificações a administradores (19)	(221)	(61)	(309)			
Programa de participação nos resultados	(147)	(246)	(495)	(510)		
Equivalência patrimonial	14.357	14.428	170	144		
Juros sobre capital próprio	3.013	2.525	3.013	3.502		
Impostos diferidos constituídos no período	-	-	13.369	-		
Outras	(433)	439	(791)	(34)		
Ajustes CPC 06 (R2)	(732)	-	(2.256)	-		
Diferencial alíquota (adicional e presumido)	-	-	5.211	5.401		
Imposto de renda e contribuição social	2.544	(2.287)	(1.388)	(21.128)		
Alíquota efetiva	-6%	4%	2%	24%		

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes

diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 tributos sobre o lucro. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Provisão para contingências	4.431	5.122				
Combinação de negócios	(39.107)	(43.477)				
Ganho por compra vantajosa	(4.132)	(4.132)				
Outras provisões	7.801	945				
Prejuízo fiscal	6.324	-				
Total dos impostos diferidos	(24.683)	(41.542)				
Ativo não circulante	21.569	7.623				
Passivo não circulante	(46.252)	(49.165)				

O registro dos tributos diferidos ativos está suportado pelo plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado por sua Diretoria, segundo o qual a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados pela Administração suficientes para a realização de tais valores.

27. Operações descontinuadas: Em linha com o planejamento estratégico da Companhia, no exercício de 2018 a Companhia encerrou suas atividades no município de Maringá.

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Receita líquida	1	1.398				
Custos dos serviços prestados	(13)	(2.217)				
Lucro bruto	(12)	(819)				
Despesas comerciais	(6)	(13)				
Despesas gerais e administrativas	(271)	(815)				
Outras receitas e despesas	-	416				
Lucro antes do resultado financeiro	(289)	(1.231)				
Receitas financeiras	35	69				
Despesas financeiras	(1)	(12)				
Lucro antes dos impostos	(255)	(1.174)				
Impostos correntes	-	(11)				
Lucro líquido do exercício	(255)	(1.185)				

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
28. Receita operacional:						
Receita bruta						
Receita com serviços de movimentação	28.924	36.482	133.483	132.072		
Receita com serviços de armazenagem	124.288	124.509	298.012	303.441		
Serviços de transporte	-	-	66.262	63.850		
Locação de imóveis	-	-	8.808	10.309		
Venda mercado interno	-	-	43.576	39.174		
Total da receita bruta	153.212	160.991	550.141	548.846		

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Deduções da receita						
Impostos federais	(14.050)	(14.663)	(50.009)	(54.876)		
Impostos municipais	(3.412)	(3.449)	(14.878)	(13.646)		
Impostos estaduais	-	-	(4.767)	(4.733)		
Cancelamentos	(547)	(293)	(3.523)	(1.830)		
Total das deduções	(18.009)	(18.405)	(73.177)	(75.085)		

29. Despesas por natureza: A Companhia apresenta abaixo, detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Despesas por função, classificadas como:						
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas						
Despesas comerciais	85.613	86.598	283.791	297.843		
Despesas gerais e administrativas	2.951	2.624	10.532	7.122		
Total das despesas por função	123.410	122.755	404.795	387.152		

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Despesas por natureza						
Despesas com pessoal	24.019	22.278	102.704	93.645		
Gastos operacionais	50.996	71.351	116.867	181.796		
Despesas com vendas	381	660	775	1.180		
Serviços de terceiros	5.239	3.403	25.209	22.459		
Conservação e manutenção	3.839	3.827	12.737	12.493		
Gastos gerais	4.545	4.945	70.557	38.201		
Marketing	181	663	690	1.045		
Depreciação e amortização	34.210	15.628	75.256	36.333		
Total das despesas por natureza	123.410	122.755	404.795	387.152		

30. Resultado financeiro:

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Receita						
Rendimento de aplicação financeira	-	21	36	276		
Juros recebidos	734	411	1.982	786		
Descontos obtidos	17	-	61	282		
Varição monetária ativa	50	-	175	937		
Juros sobre atualização de impostos (nota 11)	1.124	138	6.167	3.675		
Total receita financeira	1.925	570	8.421	5.956		

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Despesa						
Juros sobre outros empréstimos	(10.019)	(12.102)	(10.241)	(13.112)		
Juros parcelamento de impostos	(531)	(659)	(531)	(659)		
Variações monetárias passivas	(28)	-	(582)	(2.689)		
Descontos concedidos	-	-	(4)	(15)		
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(178)	(245)	(349)	(323)		
Despesas bancárias	(1.245)	(1.087)	(1.667)	(1.493)		
Fiança	(1.356)	(1.672)	(1.356)	(1.672)		
Juros de arrendamento	(5.281)	-	(5.857)	-		
Total despesa financeira	(18.638)	(15.765)	(20.587)	(19.963)		
Total resultado financeiro	(16.713)	(15.195)	(12.166)	(14.007)		

31. Partes relacionadas: a. Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/serviços: Os saldos e transações com Companhias relacionadas na data dos balanços são os seguintes:

	Controladora	Consolidado	2019	2018	2019	2018
Ativos circulante						
Adiantamento partes relacionadas						
Multilog Logística	302	538	-	-		
Primeinvest Empreendimentos	-	551	-	-		
Imobiliários	-	125	528	-		
Multiprime	-	701	223	-		
Multilog Transportes	-	1.594	1.041	-		
Multilog Sul	-	1.341	1.311	-		
Multilog Maringá	-	367	442	-		
Multilog Brasil	-	-	-	-		
Dividendos a receber						
Multilog Logística	-	2.149	-	-		
Multiprime	2.930	36	-	-		
Primeinvest Empreendimentos	-	106	-	-		
Imobiliários	-	10.396	-	-		
Multilog Transportes	-	226	6.197	-		
Multilog Sul	-	-	2.607	-		
Multilog Brasil	-	-	-	-		
Créditos a receber						
Refinadora Catarinense S.A.	2.092	2.030	4.285	4.157		
Gomes Participações	-	-	4.954	4.676		
Total ativo partes relacionadas	20.180	17.653	9.239	8.833		

O crédito junto à Refinadora Catarinense se refere ao reembolso de créditos tributários desta, utilizados pela Multilog, glosados pelo fisco. O saldo é corrigido pela variação da SELIC e está sendo reembolsado a medida que o parcelamento dos tributos é pago pela Companhia.

	Controladora	Consolidado	2019	2018
Passivo Circulante				
Contas a pagar				
Primeinvest Empreendimentos	-	1.526	1.471	
Multilog Transportes	-	10	3	
Adiantamento partes relacionadas				
Multilog Logística	-	-	-	
Primeinvest Empreendimentos Imobiliários	-	10.264	3.678	
Multiprime	-	750	-	
Multilog Logística	-	-	-	
Multilog Sul	-	3	19.576	
Multilog Maringá	-	-	1	
Multilog Transportes	-	-	50	
Multilog Brasil	-	-	18.842	11.851
Total passivo partes relacionadas			31.395	36.630
b. Compras de serviços:				
Controladora				
2019				

Compra de produtos e serviços

	Controladora	Consolidado	2019	2018
Serviços de transporte	-	43	6	
Locação de imóveis	-	15.309	16.021	
Total		15.352	16.027	

As transações de compra e venda de serviços e insumos são efetuados em termos contratuais que se aproximam dos estabelecidos com terceiros não relacionados, prevalecendo as vendas à vista. **c. Transações ou relacionamentos com acionistas:** Acionistas que integram o Conselho de Administração da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 54,78% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2019 (54,78% em 31 de dezembro de 2018). **d. Remuneração dos administradores:** A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, formada por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) integrantes. No exercício encerrado de 2019, as despesas com esses administradores, compostas por pró-labore, participação em resultados e encargos sociais obrigatórios e não obrigatórios, totalizaram R\$ 8.160 (R\$ 7.68

★ **continuação**
complementação de aposentadoria. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.
e. Compensação por fiança pessoal: A Companhia aprovou em reunião do conselho de administração do dia 10 de novembro de 2016, remuneração a título de fiança fidejussória a acionistas, pela concessão de fiança pessoal na operação de debêntures. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$ 772, sendo R\$ 614 no curto prazo e R\$ 158 no longo prazo.
32. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco regulatório, risco de crédito e risco de liquidez. Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 48, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2019 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros por categoria da Companhia em 31 de dezembro são:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	2.349	3.307	11.128	22.783
Contas a receber de clientes	21.790	22.321	71.936	76.214
Dividendos a receber	13.658	10.989	-	-
Outros créditos	4.928	4.970	3.546	3.612
	42.725	41.587	86.610	102.609
Outros passivos financeiros				
Empréstimos	(54.250)	(71.065)	(56.985)	(72.019)
Fornecedores	(38.136)	(45.923)	(35.165)	(36.225)
Dividendos a pagar	(24.678)	(17.864)	(35.969)	(14.469)
Provisões diversas	(3.118)	(4.681)	(41.882)	(33.368)
Arrendamento mercantil	(62.015)	-	(88.586)	-
Outras obrigações	(75.662)	(85.702)	(95.768)	(103.355)
	(257.859)	(225.235)	(354.355)	(259.436)

Os administradores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos aos quais a Companhia está exposta, conforme descrito a seguir: **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevante, pois possui uma carteira de clientes pulverizada. A Companhia administra o risco por meio de rigoroso processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, quando aplicável, provisões para créditos de liquidação duvidosa. A nota 11 apresenta informações sobre este risco. **Risco regulatório:** Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da operação da Companhia. Em relação a um passível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 19 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo de todo o exercício. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: a) risco de taxa de juros, b) risco cambial e c) risco de preço re-

lativo às suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não tem ações negociadas em mercado. **Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. **Gestão de capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	56.985	72.019
(-) caixa e equivalentes de caixa	(449)	(2.090)
(-) aplicações financeiras (Nota 10)	(10.679)	(20.693)
Dívida líquida	45.857	49.236
Patrimônio líquido	226.684	232.383
Índice de alavancagem financeira - %	17%	17%

33. Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa: Durante o exercício de 2019 e 2018, a Companhia realizou atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

	Consolidado	
	2019	2018
Aquisição de Empresa (Multilog Brasil)	-	70.031

34. Eventos subsequentes: No dia 1º de janeiro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária da Multilog Brasil S/A, foi aprovada a incorporação da Multilog Sul Armazéns Gerais Ltda. e da Multilog Transportes Ltda. A Incorporação será realizada em conformidade com os termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação relativo a incorporação.

Diretoria

Djalma Lucio Rodrigues Vilela
Diretor Presidente

Aílto Darugna
Diretor Adm. Financeiro

Alexandre Heitmann
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Fabício Leoadio Baggio de Almeida
Diretor Operações e Transporte

Contador

Leonardo Furtado de Oliveira - CRC - RJ-099250/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da Multilog S.A. - Itajaí - SC
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multilog S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multilog S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida
Veja as Notas Explicativas nº 6 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que são compostos por licenças para operação fora da zona primária (Centro Logístico Industrial Advaneiro - CLIA), cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação

das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa (UGC) e das demais premissas relevantes para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os valores de ativos intangíveis reconhecidos são aceitáveis no contexto das demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras

continua -★

★ **continuação**

individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais

e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 20 de fevereiro de 2020



KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Felipe Brutti da Silva
Contador - CRC RS - 083091/O-0

Cod. Mat.: 662298

CJ Logística Internacional S.A.

CNPJ 10.887.366/0001-88 - NIRE 42.3.0003530-1

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **CJ Logística Internacional S.A.** ("Companhia"), para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 06 de abril de 2020, às 10:00 horas, em primeira convocação, e no dia 13 de abril de 2020, às 10:00 horas em segunda convocação. Tal Assembleia será realizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 11º Andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 01452001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleição dos Diretores da Companhia, (ii) alteração do endereço da Companhia e (iii) alteração do objeto social da Companhia. Em virtude do Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, o qual decretou quarentena no estado de São Paulo, a Companhia disponibiliza o link a seguir para possibilitar o acesso virtual dos Senhores Acionistas à referida Assembleia: <https://teams.microsoft.com/join/19:meetingN2FZJBKZ-DYNIFINIC000WJILW2NGYZ-mQxMm2MDlxQDNk@thread?https://teams.microsoft.com/join/19:meetingN2FZJBKZ-DYNIFINIC000WJILW2NGYZ-mQxMm2MDlxQDNk@thread?context=%7B%22id%22:%221d-4e376-814e-44ba-bc-41-092780e22578%22,%22oid%22:%221d-13f74-ffb5-42ee-af0d-4902115c8b92%22,%22anon=true&deeplinkid=4de5504c-a424-4f16-e041-bfd0660c76f0>. Florianópolis/SC, 26 de março de 2020. **Cristobal Jimenez Dominguez Neto** - Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 661962

ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.

CNPJ 05.210.535/0001-00,

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam convocados os Acionistas da **ENGIE Brasil Energia S.A.** para a Assembleia Geral Ordinária, a se realizar, no dia 28 de abril de 2020, com início às 10h30min, na sede da Companhia, situada na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Bairro Agronômica, CEP 88025-255, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, com a seguinte Ordem do Dia: **1 - Assembleia Geral Ordinária**: 1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; 1.2. Deliberar sobre a destinação dos Lucros e a distribuição de dividendos; 1.3. Deliberar sobre o montante da participação dos empregados nos resultados do exercício de 2019; 1.4. Deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020; 1.5. Aprovar novo jornal como veículo para as publicações legais da Companhia; e 1.6. Eleição dos 9 (nove) membros titulares do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Em atendimento ao disposto na Lei nº 6.404/1976 ("LSA") e na Instrução CVM nº 481/2009 ("ICVM481/09"), informamos que estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nas páginas na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os seguintes documentos e informações: *i)* os previstos no artigo 9º da ICVM481/09; *ii)* as relativas à proposta de participação dos empregados nos resultados do exercício de 2019 (art. 133, inc. V, da LSA); *iii)* a proposta de remuneração dos administradores e demais informações (art. 12 da ICVM481/09); e *iv)* as relativas à eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração (art. 10 da ICVM481/09). Conforme disposto no artigo 141 da LSA e na Instrução CVM nº 165/91, com a redação alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia para requerer a adoção do voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Os acionistas, nos termos da legislação aplicável e do artigo 13 do Estatuto Social, deverão comprovar a condição de acionista até o prazo de

72 (setenta e duas) horas antes da realização da Assembleia ora convocada, mediante depósito dos documentos comprobatórios de titularidade de ações da ENGIE Brasil Energia S.A., expedidos por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia no máximo 4 (quatro) dias úteis antes da data da Assembleia, a serem entregues na sede da Companhia, em horário comercial, aos cuidados da U.O. Assuntos Jurídicos. Para participação presencial na Assembleia, além do comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: - **Acionistas Pessoas Físicas**: original ou cópia autenticada do documento oficial de identificação com foto. - **Acionistas Pessoas Jurídicas**: *i)* cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado ou de suas alterações e da ata de eleição dos diretores, caso esses não constem do contrato social; e *ii)* original ou cópia autenticada de documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). - **Fundos de Investimento**: *i)* original ou cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo ou suas alterações, do estatuto ou contrato social consolidado ou suas alterações do seu administrador e da ata de eleição dos diretores do administrador do fundo, caso esses não constem do contrato social; e *ii)* original ou cópia autenticada de documento oficial de identificação, com foto, do(s) representante(s) legal(is). Caso o acionista se faça representar por procurador (acionista ou administrador da companhia ou, ainda, advogado), além dos atos societários listados acima dos acionistas pessoas jurídicas e dos fundos de investimentos, deverá ser apresentado o documento oficial de identificação do procurador e procuração com poderes específicos, emitida em prazo inferior a um ano contado da data da Assembleia, nos termos do §1º do art. 126 da LSA, por instrumento público ou particular, neste caso, não havendo necessidade de reconhecimento de firma do outorgante, mas acompanhada de cópia do documento de identificação de quem assinou a procuração. Com a adoção do sistema de voto a distância, os acionistas também poderão exercer seu direito de voto por meio de seus respectivos agentes de custódia/corretora ou por intermédio do Itaú Corretora de Valores S.A., escrituradora da Companhia, ou, ainda, pelo preenchimento e remessa do Boletim de Voto a Distância, acompanhado do documento comprobatório de titularidade de ações da ENGIE Brasil Energia S.A. e cópia autenticada dos documentos para participação na Assembleia acima indicados, conforme o caso. Devendo observar as orientações, prazos e procedimentos disponíveis na página na Internet da Companhia (www.engie.com.br/investidores), no seguinte endereçamento: **Investidores/Assembleias e Reuniões do Conselho**, selecionando Voto a Distância - Orientações. Em decorrência do avanço pandêmico do vírus SARS-CoV-2/COVID-19 (novo coronavírus) e em linha com as orientações oficiais que visam reduzir a circulação e aglomeração de pessoas, visando à contenção da pandemia, a Companhia recomenda aos Senhores Acionistas que se preservem e utilizem a alternativa de participação e voto a distância referente às matérias da Assembleia Geral Ordinária agendada para o dia 28 de abril de 2020. Adicionalmente, em prol da maior transparência e participação dos Senhores Acionistas, a Companhia se reserva o direito de vir a permitir o acompanhamento e participação limitada (com voto pelo sistema tradicional de voto a distância ou presencialmente, que deve ser evitado ao máximo) na Assembleia Geral Ordinária por meio de plataforma eletrônica de videoconferência (por exemplo, Microsoft Teams, Zoom ou ClickMeeting) ou outro meio que porventura venha a ser aceito pela legislação. Neste caso, previamente à data da Assembleia, a Companhia divulgará Aviso aos Acionistas contendo informações detalhadas sobre o processo e as orientações necessárias para a participação limitada na Assembleia por meio da plataforma digital selecionada pela Companhia, devendo, portanto, ficar atentos à divulgação de Aviso aos Acionistas sobre o tema. Florianópolis (SC), 27 de março de 2020. **Maurício Stolle Bähr** - Presidente do Conselho de Administração.

Cod. Mat.: 662048

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Assembleia

Extraordinária - O Conselho de Administração, através de seu Presidente, da **Barra do Rio Terminal Portuário S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Arnoldo Lopes Gonzaga, n. 507, Bairro Barra do Rio, na Cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP 88.305-570, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) sob o NIRE **42300030864**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. **06.989.608/0001-77** ("Companhia"), vem pela presente, nos termos da Lei n. 6.404, de 1976, e do seu Estatuto Social, **CONVOCAR** para **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se as 14h00 em 1ª Convocação e as 14h15 em 2ª Convocação e para **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se as 15h00 em 1ª Convocação e as 15h15 em 2ª Convocação, ambas no dia **27 DE ABRIL DE 2020**, na sede da Companhia, ou a depender das condições de deslocamento das pessoas, via internet ou outro meio apropriado. A **Assembleia Geral Ordinária** deverá examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: * Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2019. A **Assembleia Geral Extraordinária** deverá examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: * Aprovar o aumento de capital da Companhia, mediante a subscrição particular de novas ações; * Aprovar a integralização de capital na Companhia; * Aprovar a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **Comunica**, outrossim, que encontram-se à disposição dos senhores acionistas, no endereço supra mencionado, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao Exercício Social encerrados em 31/12/2019. Itajaí (SC), 25 de março de 2020. **Ademar Menegotti** - Presidente do Conselho de Administração.

Cod. Mat.: 661947

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO

O leiloeiro Oficial Sr. Rubens Henrique de Castro JUCESC AARC N° 398 comunica aos interessados que serão oferecidos em Leilão Público, a realizar-se pela internet através do site www.usadaomaquinas.com.br com data de ENCERRAMENTO nos dias 02/04/2020, 09/04/2020, 16/04/2020, 23/04/2020 e 30/04/2020 a partir das 10 am (UTC-3) leilão de equipamentos agrícolas, construção e ativos de concessionárias. O pagamento do valor do arremate será do valor do bem e acrescido da Comissão ao Leiloeiro de 5%, e taxa administrativa, devendo todos serem pagos através de depósito em dinheiro na rede bancária, DOC ou TED, BANCO ITAÚ AG-6382 CC/09975-9 CNPJ-11.280/0001-52- VIA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o encerramento dos leilões, impreritivamente. Demais informações e normas do leilão consultar em CONDIÇÕES DE VENDA no site www.usadaomaquinas.com.br. O ICMS quando devido será de responsabilidade do arrematante. Débitos de IPVA, Seguro Obrigatório, Multas de Trânsito ou de averbação vendida ou quaisquer outros débitos incidentes sobre o bem arrematado, ficam a cargo do arrematante, correndo por sua conta e risco a retirada dos bens. **RECOMENDA-SE A VISITAÇÃO DOS BENS PARA POSTERIOR COMPRA. OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS**, assumindo o arrematante todo e qualquer ônus que recaiam sobre os bens leiloados. O leiloeiro é mero mandatário do comitente, não se responsabilizando pelo origem, validade, defeitos, inexistência de peças, existência de impedimentos e quaisquer ônus sobre os bens em leilão, nem tão pouco pelo pagamento de impostos, e/ou tributos referente ao(s) bens. Descrições dos lotes, fotos, horários para visitação e demais informações poderão ser obtidas única e exclusivamente pelo site www.usadaomaquinas.com.br ou pelo fone (47)3311-0550, Rua Tailândia 150, sala 10, Nações, Balneário Camboriú- SC.

Cod. Mat.: 661766